



Santa Casa da Misericórdia de Amarante

RELATÓRIO E CONTAS

Ano 2024





Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'Zw', 'D. J. C.', and a large signature.

1. Nota Introdutória

1.1. Missão

A Missão da Santa Casa da Misericórdia de Amarante (SCMA) é a prestação de cuidados individualizados e personalizados em meio institucional e domiciliário a indivíduos e famílias que, por motivo de doença, idade, deficiência ou outro, não possam assegurar, temporária ou permanentemente, a satisfação das suas atividades de vida diária básicas e/ou atividades de vida diária instrumentais e/ou atividades de lazer. Pretende ainda responder às expectativas dos Utentes, familiares, colaboradores, voluntários e comunidade em geral.

1.2. Visão

Promover a resposta social de forma sustentada, integrado numa rede de parceiros sociais, dando resposta às necessidades sentidas pela comunidade envolvente. Ser um modelo de referência enquanto instituição. Aproximar pessoas através da consolidação de afetos, do desenvolvimento humano e da valorização do indivíduo e da Qualidade dos serviços prestados.

1.3. Valores

Solidariedade: Desenvolver uma postura solidária em todas as ações relacionadas com o Utente.

Humanização: Praticar a humanização nos serviços prestados a cada Utente.

Autonomia: Desenvolver ações que promovam a autonomia do indivíduo.

Respeito: Garantir e respeitar a independência, autonomia, individualidade e privacidade do Utente, assegurando os direitos de cada um.

Igualdade: Promover a igualdade de tratamento, independentemente de questões como género, religião, raça, entre outros.

Ética: Atuar de acordo com os princípios definidos no Código de Ética e Conduta, respeitando o sigilo no tratamento de informação pessoal do Utente.

1.4. Corpos Gerentes Quadriénio 2023-2026

ASSEMBLEIA GERAL	MESA ADMINISTRATIVA
Albano Quintino Granja Tamegão (Presidente)	José Augusto da Silva Silveira (Provedor)
Isabel Cristina Alves Costa (Secretária)	Manuel Dias Teixeira (Vice-Provedor)
Clara Joaquina C.S. Montenegro (Secretária)	Norberto Ribeiro da Costa (Tesoureiro)
Rui Luís Melo Canossa Moreira (Suplente)	Rui Pedro Barreira Morais (Secretário)
José Francisco Rodrigues (Suplente)	Octávia Manuel Rocha Morais Clemente (Vogal)
Maria Teresa Pinto S. Teixeira (Suplente)	Armando Moura Maia (Vogal)
CONSELHO FISCAL	Mário Pinheiro Pinto Costa (Vogal)
Luís Rua Van Zeller Macedo (Presidente)	António José Moura Ferreira (Suplente)
Paula Rute Pinheiro Augusto (Vogal)	Rute Cláudia Carneiro Teixeira Pinto da Silva (Suplente)
José Pereira Montenegro Soares (Vogal)	Olívia Glória Monteiro Pinto (Suplente)
José Maria Moreira Duarte (Suplente)	
Albino Pinto Costa (Suplente)	
Lino Manuel Santos Macedo (Suplente)	



2. Relatório de Atividades do Exercício de 2024

A Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia de Amarante apresenta, em cumprimento do Compromisso o relatório de atividades e contas referentes ao ano de 2024.

No ano de 2024 a Mesa administrativa seguiu as orientações apresentadas no orçamento que assentou nos princípios do rigor, prudência e inovação.

O rigor e transparência que tem norteado a Mesa Administrativa asseguram a reputação institucional, tanto a nível de respostas sociais e saúde, como no aspeto económico e financeiro, realçando-se que, permanentemente, a Instituição se adapta e moderniza perante novos desafios.

A par, contribuiu muito para essa reputação, o objetivo da nossa missão espelhada nos serviços de qualidade que são ministrados.

É com satisfação que informamos que neste ano se procedeu à renovação da certificação de Qualidade que foi aprovada e válida para mais três anos.

Temos dito que os nossos idosos são admitidos mais dependentes e mais doentes provocando um aumento significativo do seu custo mensal para que seja prestado um tratamento digno. A atualização do Salário mínimo nacional exigiu e continua a exigir uma especial atenção para as tabelas salariais. A Mesa Administrativa tem especial enfoque nos seus recursos humanos, pretendendo encontrar o equilíbrio entre bem-estar dos colaboradores, sustentabilidade financeira e motivação. Realçamos que mais uma vez, todos os colaboradores da instituição viram os seus salários atualizados em 2024. Tal decisão motivou um aumento dos gastos com pessoal que superou muito a taxa de inflação, tendo sido apurado um aumento relativamente ao ano anterior de 9,25%, correspondendo a cerca de 370 mil euros.

Para garantia de que os nossos colaboradores possam ter acesso às oportunidades de aprendizagem necessárias para melhorar suas habilidades e desempenho foram ministradas 4.077 horas de formação contemplando 92% dos colaboradores.

Na área social a capacidade das nossas instalações manteve-se permanentemente utilizada durante todo o ano ficando muito aquém das necessidades de resposta a muitas pessoas que nos pediram ajuda. Os nossos lares continuam com uma lista de inscrições longa. Acresce que com a transferência em



agosto dos utentes da Estância Nossa Senhora da Piedade para a nova Unidade de cuidados continuados, por motivo de obras, houve a necessidade de diminuir o número de utentes de 120 para 114 o que provocou uma diminuição de receitas.

O serviço de apoio domiciliário respondeu ao protocolo assinado com a Segurança Social.

O programa PESSOAS-2030, manteve-se durante todo o ano com o apoio mensal sempre superior a 700 beneficiários, abrangendo todo o concelho. Foi submetida no final de 2024 candidatura para a continuidade deste programa com uma nova variante - Cartão mais Pessoas – que permite a aquisição de bens em estabelecimentos aderentes, substituindo os cabazes que temos distribuído. Foi igualmente mantida a distribuição de refeições ao abrigo do PEA, (Programa de Emergência Alimentar), estes dois programas com protocolo com o Instituto da Segurança Social. Mantivemos a distribuição de cabazes alimentares a custo da instituição em complemento aos programas já indicados, bem como o fornecimento de refeições extra protocolo.

Com a distribuição dos cabazes no Natal atribuímos prendas a 104 crianças até 10 anos.

Na área da saúde mantivemos uma ocupação a rondar os 100%, facto que nos proporcionou alcançar bons resultados que contribuíram, significativamente, para o resultado que é apresentado.

O Serviço de internamento psiquiátrico teve igualmente uma prestação positiva, muito superior ao ano anterior.

Gerimos o Centro Interpretativo das Memórias da Misericórdia assim como as nossas obrigações ligadas à Igreja, abrangidas pelo Compromisso.

Mantivemos ativo o serviço gratuito do banco de empréstimo de camas articuladas e cadeiras de rodas.

Os serviços da cozinha e lavandaria responderam a todas as necessidades com eficiência tendo-se confeccionado 259.375 refeições e lavado mais de 330 toneladas de roupa.

No plano de investimentos salientamos:

- * Foram iniciadas as obras na Estância Nossa Senhora da Piedade prevendo-se que se encontrem concluídas no final do primeiro trimestre de 2025;
- * Foi adquirida uma viatura, conforme orçamentado, substituindo a adquirida em 2004;
- * O projeto do edifício do ex-hospital está concluído;



* Procedemos, de acordo com o orçamentado, à aquisição de equipamento administrativo e equipamento básico em função das necessidades;

No capítulo de gastos, apontamos um aumento da classe de Fornecimento e serviços externos que apresenta um valor superior ao ano anterior de 108.360,08€. Os gastos totais registaram um aumento relativamente ao ano anterior de 7,73%, correspondendo a cerca de 470 mil euros.

A dimensão dos nossos edifícios e equipamentos, alguns com necessidades de manutenção mais profunda, causou uma despesa 85.421.11€.

Os Rendimentos tiveram relativamente ao ano anterior um aumento de 7,38% correspondendo a cerca de 511 mil euros, com enfoque para os cuidados à 3ª idade com aumento de 5% e cuidados de saúde com aumento de 12,9%.

Em 2024, a Santa Casa da Misericórdia de Amarante (SCMA) destacou-se por diversas iniciativas e reconhecimentos que reforçaram o seu compromisso com a comunidade em que está inserida, nomeadamente a celebração das datas relevantes para os utentes e comunidade, atividades intergerações tendo recebido alunos de várias escolas do concelho e de todos os ciclos de ensino e receção de estágios de diversas áreas. A relação com a comunidade tem contribuído para a melhoria continua dos serviços que prestamos, cujos resultados em 2024 foram realçados, entre outros, com o reconhecimento pela Excelência em Cuidados a Idosos: A SCM Amarante foi premiada pela sua excelência e valores na prestação de cuidados em ERPI durante a III Convenção Internacional dos Enfermeiros, organizada pela Ordem dos Enfermeiros; e pela Homenagem na I Gala Amarante+Social, promovida pelo Município de Amarante, reconhecendo o seu contributo para o desenvolvimento e bem-estar da comunidade.

Estas atividades e reconhecimentos refletem o contínuo empenho da SCMA em promover o bem-estar e a integração social na comunidade de Amarante, que não se esgota nos seus estabelecimentos.

A nível de estagiários verificou-se um aumento expressivo do seu número, passando de 85 em 2023 para 134 em 2024. Estes estudantes integraram diversas áreas, nomeadamente Enfermagem (53), Técnico Auxiliar de Saúde (35), Geriatria (24), Fisioterapia (13), Animação Sociocultural (3), Terapia Ocupacional (2), Gerontologia (2), Serviço Social (1) e outras áreas (1), que somaram 25.039 horas de formação. Colaboramos com 16 entidades, 10 das quais são Universidades e Institutos politécnicos. Este crescimento reflete o compromisso da instituição em proporcionar experiências práticas enriquecedoras e contribuir para a formação de profissionais qualificados.



Os resultados da avaliação dos serviços prestados refletem uma perceção positiva por parte dos utentes em várias áreas, com uma evolução favorável entre 2023 e 2024. Destacam-se as pontuações mais elevadas nas categorias de Equipamento e Colaboradores, demonstrando um alto nível de satisfação relativamente aos recursos disponíveis e à qualidade do atendimento prestado.

Com base nas avaliações das famílias dos utentes, os resultados refletem uma satisfação globalmente positiva embora sugerindo que há espaço para melhorar a continuidade das boas práticas

A satisfação dos nossos Parceiros manteve-se no nível 100 resultado que destaca a eficácia das parcerias estabelecidas.

O ano de 2024 foi encerrado com as receitas a atingiram o valor de 7.442.603,49€ e as despesas 6.625.556,26€, obtendo-se um resultado líquido de 817.047,23€.

Para este resultado ressalta a atividade da Unidade de Cuidados Continuados Integrados que contribuiu com cerca de 59% e da Administração com 31%, atingindo, em conjunto, um total de 90%. Apesar deste resultado continuamos com a preocupação da sustentabilidade das respostas sociais por não haver por parte do Estado o acompanhamento na evolução dos gastos.

Os investimentos atingiram o valor de 1.486.109,67€ sendo o saldo dos investimentos em curso de 7.366.617,92€.

Em 2024 foi assinado o contrato de financiamento relativo a um subsídio do PRR para desenvolvimento da resposta Cuidados Paliativos no valor de 815.400,00€, valor que aguardamos assim como o resultado sobre a Unidade Convalescença.

O técnico oficial de contas teve durante o ano o acompanhamento do Revisor Oficial de contas. Kreston & Associados – SROC Lda. representada pelo revisor Dr. Pedro Morais dos Santos.

Terminamos, resumindo, que a Santa Casa da Misericórdia de Amarante tem cumprido com os seus deveres sociais, sem descuidar a capacidade para cumprir com os compromissos assumidos, apresentando um rácio de liquidez geral de 7,39 e de autonomia financeira de 96,55%.

Face ao exposto, propomos:

- Que seja aprovado o relatório e contas do ano de 2024;
- Que o resultado líquido de 817.047,23€ euros seja transferido para conta de Resultados Transitados;



- Que seja aprovado um voto de louvor a todos os colaboradores pelo desempenho desenvolvido ao longo do ano.

A todos os que nos acompanharam ao longo do ano o nosso obrigado

Santa Casa da Misericórdia de Amarante, 03 de março de 2025.

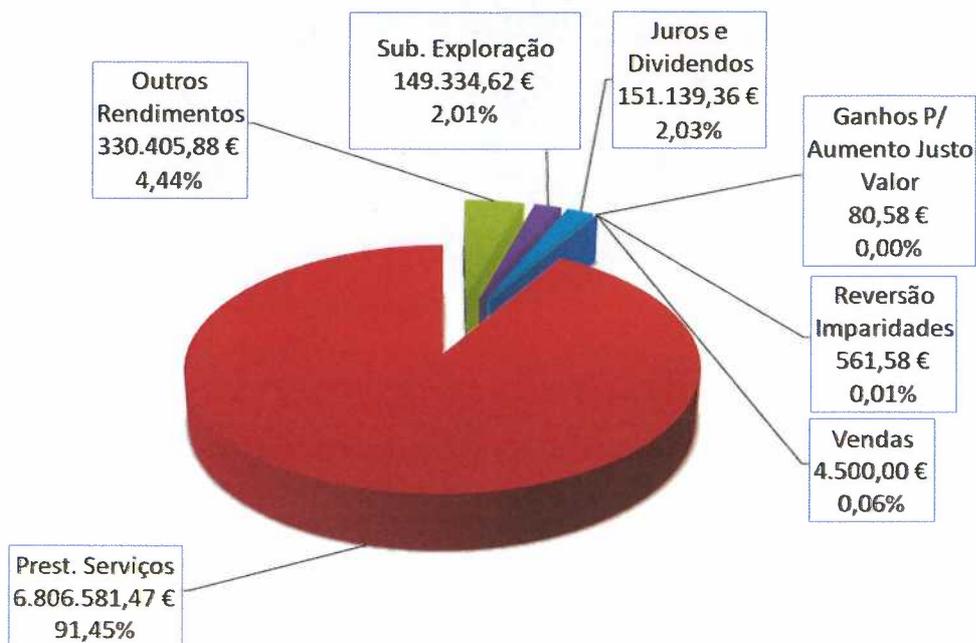
A Mesa Administrativa



R. Silva
[Signature]
[Signature]
[Signature]
[Signature]

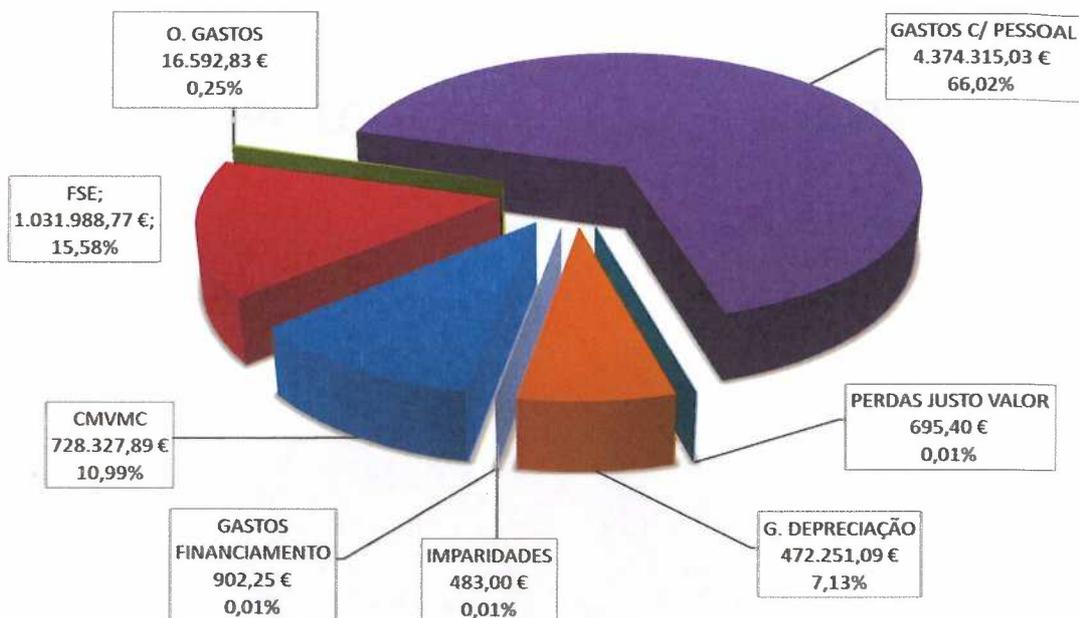
As receitas, despesas e investimentos do ano em apreço apresentam os valores seguintes:

RECEITAS 2024 – 7.442.603,49€

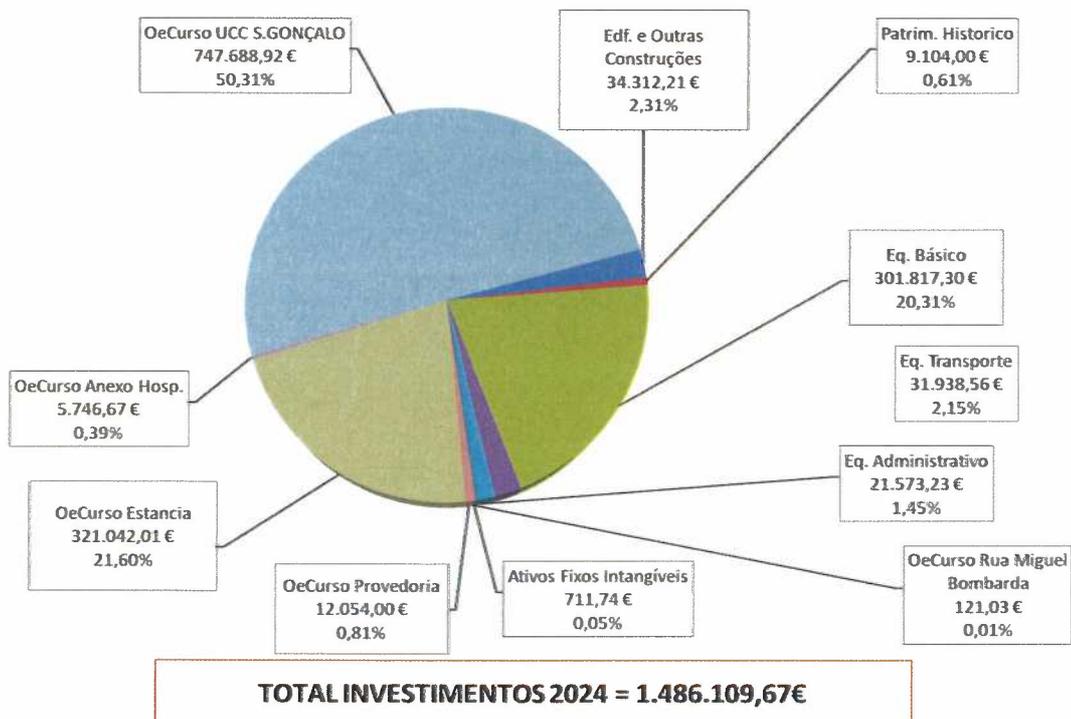




DESPESAS 2024 – 6.625.556,26 €



INVESTIMENTOS | 2024

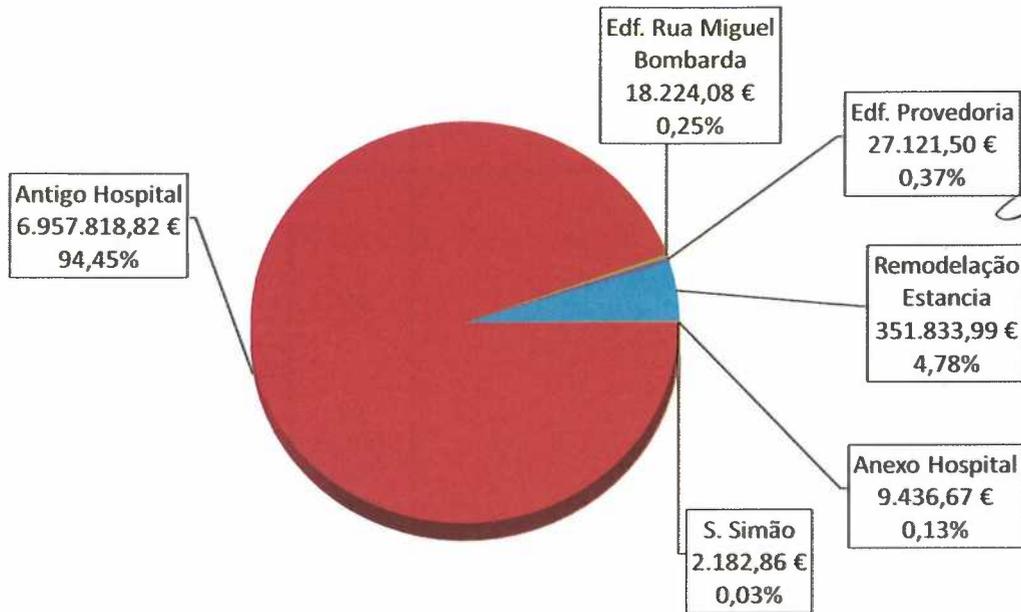


Transita para o ano seguinte o



R. 2121
[Handwritten signatures]

SALDO DE INVESTIMENTOS EM CURSO | 2024



SALDO DE INVESTIMENTOS EM CURSO A 31/12/2024 = 7.366.617,92€



3.5. Anexo ao Balanço e Dem. Resultados

EXERCÍCIO DE 2024**01-01-2024 a 31-12-2024****Anexo ao Balanço e Demonstração de Resultados****1. Identificação da entidade****1.1. Denominação da entidade.**

A entidade tem como denominação social Santa Casa da Misericórdia de Amarante e é identificada com o NIPC 500843082.

1.2. Lugar da sede social.

A sede da instituição localiza-se na Rua Dr. Miguel Pinto Martins, n.º 134 - 4600-090, União de Freguesias de Amarante e concelho de Amarante.

1.3. Natureza da atividade.

A Santa Casa da Misericórdia de Amarante é uma instituição sem fins lucrativos que tem como atividades principais o apoio social para idosos com alojamento e a exploração de estabelecimento de Cuidados Continuados Integrados.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. As demonstrações financeiras apresentadas têm como referencial contabilístico a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março e alterado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de junho. No Anexo I do referido Decreto, refere-se que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015;
- Normas Interpretativas (NI).

2.2. Indicação e justificação das disposições da normalização contabilística para as ESNL que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

Não foram derogadas quaisquer disposições da normalização contabilística para as ESNL.

2.3. Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior bem como das quantias relativas ao período anterior que tenham sido ajustadas.

Todas as contas do balanço são comparáveis com o período anterior.



3. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

3.1. Principais políticas contabilísticas:

a) Bases gerais de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras foram preparadas tendo por base o modelo do custo histórico e os seguintes princípios:

- Continuidade;
- Regime de acréscimo (periodização económica);
- Consistência na apresentação;
- Materialidade e agregação;
- Não compensação; e
- Informação comparável.

b) Outras políticas contabilísticas.

Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são constituídos por Terrenos, Edifícios, Viaturas, Bens do Património Histórico, Artístico e Cultural, Equipamentos Básicos e outros bens dos quais se espera que permitam a prossecução da atividade presente e futura e/ou a realização de rendimentos para a entidade. Estes são inicialmente registados ao custo de aquisição, o qual inclui o custo de compra e quaisquer outros custos diretamente atribuíveis para os colocar na localização e condição necessária para funcionarem da forma pretendida. Após o reconhecimento inicial, são mensurados ao custo deduzido de depreciações e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

Os bens do ativo fixo tangível obtidos a título gratuito, com o custo desconhecido, são mensurados ao justo valor, ao valor pelo qual se encontram segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade dos doadores.

As depreciações são calculadas a partir do momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o modelo da linha reta (quotas constantes), em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

Os bens do património histórico, artístico e cultural não são depreciados.

Os custos incorridos relacionados com manutenções, reparações, seguros e impostos sobre ativos são reconhecidos como gasto no período a que se referem. As beneficiações relativamente às quais existem expectativas de que irão gerar benefícios económicos futuros adicionais são capitalizadas aos AFT.

Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis são mensurados pelo modelo do custo, o qual consiste na sua escrituração pelo custo de aquisição, que inclui o custo de compra e quaisquer outros custos diretamente atribuíveis para os colocar na localização e condição necessária para funcionamento, menos qualquer amortização acumulada e menos quaisquer perdas por imparidade acumuladas.



As amortizações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o modelo da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

Investimentos financeiros

Os investimentos detidos pela instituição encontram-se mensurados pelo seu justo valor. Tais investimentos incluem as contribuições de carácter obrigatório para o Fundo de Reestruturação do Sector Solidário da Segurança Social (FRSS) e para o Fundo de Compensação do Trabalho, e a sua detenção tem carácter de continuidade e/ou permanência, não se destinando a ser vendidos no decurso normal das operações da entidade. Se existe evidência de que os mesmos se encontram em imparidade procedese ao registo da mesma, calculada com base na evidência que indique que a quantia, total ou parcial, não venha a ser recuperada. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo revertidas também por resultados, caso se verifique uma redução do montante da perda estimada num período posterior.

Inventários

Os inventários são registados ao menor entre o custo e o valor realizável líquido. O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda esperado deduzido dos custos estimados para efetuar a venda.

A diferença entre o custo e o valor realizável líquido é registada em perdas por imparidade no período em que ocorrer.

O método de custeio dos inventários adotado pela entidade consiste no custo médio ponderado.

Imparidade de ativos

A entidade realiza testes de imparidade sempre que eventos ou alterações nas condições envolventes indiquem que o valor pelo qual os vários ativos se encontram registados nas demonstrações financeiras poderá não ser recuperável.

Sempre que o valor recuperável de determinado ativo é inferior ao seu valor escriturado, é registada a respetiva perda por imparidade em resultados na rubrica "Perdas por imparidade".

Posteriormente, se a imparidade diminuir, é registada a correspondente reversão da perda por imparidade.

Ativos e passivos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a entidade se torna parte das correspondentes disposições contratuais. Um ativo financeiro é qualquer ativo que seja dinheiro ou um direito contratual de receber dinheiro. Um passivo financeiro é qualquer passivo que se consubstancie numa obrigação contratual de entregar dinheiro.

Os ativos e passivos financeiros encontram-se mensurados ao custo, deduzido de qualquer perda por imparidade, ou ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados.

Rendimentos e gastos / Acréscimos e diferimentos



Os rendimentos e gastos são registados no período a que se referem, independentemente do seu recebimento ou pagamento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes réditos e gastos são reconhecidas como ativos (acréscimos de rendimentos ou gastos a reconhecer) ou passivos (rendimentos a reconhecer ou acréscimos de gastos).

Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito a reconhecer é deduzido do montante estimado de devoluções, descontos e outros abatimentos.

O rédito das prestações de serviços que se iniciam e terminam no mesmo período de relato é reconhecido na data da conclusão do serviço. No caso concreto, não existem situações em que a prestação de serviços transita de um período para outro, não havendo, por isso mesmo, lugar à aplicação da percentagem de acabamento para efeitos de reconhecimento do rédito.

O reconhecimento do rédito depende da mensuração com fiabilidade do desfecho da transação que envolve a prestação de serviços, o qual se considera verificado nas seguintes condições, cumulativas:

- a quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- seja provável que os benefícios económicos fluam para a entidade.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a entidade e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

c) Principais pressupostos relativos ao futuro.

A entidade tem por garantido que permanecerá em continuidade durante todo o ano de 2025. Nestas condições, não têm lugar os riscos referidos em epígrafe, sendo que os riscos identificados na fase de preparação das contas de 2024 já nelas foram incorporados.

Face ao prolongamento dos conflitos militares na Europa e Médio Oriente haverá que reconhecer uma perspetiva de incerteza, quer ao nível dos preços, quer da oferta de bens e serviços essenciais para o normal desempenho da atividade, e conseqüentemente, o seu efeito nas contas da Entidade. Contudo, acreditamos que não se venham a verificar quaisquer impactos relevantes na avaliação da continuidade da nossa entidade.

d) Principais fontes de incerteza das estimativas.

Não existem fontes de incerteza relevantes com relação às estimativas efetuadas.

3.2. Alterações nas políticas contabilísticas: indicação da natureza e efeitos da alteração na política contabilística e, no caso de aplicação voluntária, das razões pelas quais a aplicação da nova política contabilística proporciona informação fiável e mais relevante.



Não existiram alterações nas políticas contabilísticas com efeitos no período corrente e/ou em períodos futuros.

3.3. Alterações nas estimativas contabilísticas: indicação do efeito no período corrente e em períodos futuros.

Não existiram alterações nas estimativas com efeitos no período corrente e/ou em períodos futuros.

3.4. Correção de erros de períodos anteriores: indicação da natureza do erro material e dos seus impactos nas demonstrações financeiras do período.

Não foram detetados erros relativos a períodos anteriores materialmente relevantes, pelo que as correções efetuadas foram realizadas com impacto na conta “68812 – Correções relativas a períodos anteriores”. Realçamos um reembolso ao IEPF de parte de um apoio financeiro recebido no montante de 529,17€.

4. Ativos fixos tangíveis e Bens do Património Histórico, Artístico e Cultural

4.1. Divulgações para cada classe de ativos fixos tangíveis:

a) Critérios de mensuração usados para determinar a quantia escriturada bruta.

A base de mensuração usada assenta no custo histórico dos ativos fixos tangíveis, deduzido das depreciações e perdas por imparidade acumuladas.

No caso de ativos obtidos por doação e/ou dação em cumprimento, o valor que lhes foi atribuído assenta no respetivo valor de mercado à data da concretização da transferência da propriedade para a entidade.

b) Métodos de depreciação usados.

As depreciações dos ativos fixos tangíveis são calculadas numa base sistemática, segundo o método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

Os bens do património histórico, artístico e cultural não são depreciados.

Métodos de depreciação, vidas úteis e taxas de depreciação usadas nos ativos fixos tangíveis	Bens do domínio público	Bens do património histórico, artístico e cultural	Outros ativos fixos tangíveis					
	...	Bens móveis	Terrenos	Edifícios	Equip. Básico	Equip. de Transporte	Equip. Administ.	Outros At. Fixos Tang.
Vidas úteis				7-50 anos	1-20 anos	4 anos	1 - 10 anos	
Taxas de depreciação				2-14,28%	5-100%	25,00%	10 - 100%	
Métodos de depreciação				Linha reta	Linha reta	Linha reta	Linha reta	

c) Vidas úteis ou taxas de depreciação usadas.

d) Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, as revalorizações, as alienações, as depreciações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações; e



12/12/2024
[Handwritten signatures]

e) *Quantia e natureza dos bens de património histórico, artístico e cultural.*

(valores expressos em euros)

Quantias escrituradas e movimentos do período em ativos fixos tangíveis e Bens do Património Histórico, Artístico e Cultural	Bens do património histórico, artístico e cultural	Outros ativos fixos tangíveis					Ativos fixos tangíveis em curso	Totais	
		Terrenos	Edifícios	Equip. Básico	Equip. De Transporte	Equip. Administ.			Outros Act. Fixos
Em 01.01.2023	Quantias brutas escrituradas	118.835,40	2.390.608,89	16.272.215,84	1.309.441,10	246.414,50	584.285,25	3.383.098,10	24.304.899,08
	Depreciações acumuladas			(4.822.887,87)	(1.176.013,42)	(240.047,85)	(541.545,56)		(6.780.494,70)
	Perdas por imparidade acumuladas								
	Quantias líquidas escrituradas	118.835,40	2.390.608,89	11.449.327,97	133.427,68	6.366,65	42.739,69	3.383.098,10	17.524.404,38
Movimentos do período 2023	Adições	4.552,00		29.840,52	42.420,39	74.489,68	8.835,48	2.973.692,06	3.133.830,13
	Transferências			76.824,87				(76.824,87)	
	Depreciações			(386.714,97)	(48.217,70)	(24.989,08)	(17.141,09)		(477.062,84)
				(16.432,11)					(16.432,11)
Em 31.12.2023 (01.01.2024)	Quantias brutas escrituradas	123.387,40	2.390.608,89	16.378.881,23	1.355.381,14	320.904,18	593.120,73	6.279.965,29	27.452.248,86
	Depreciações acumuladas			(5.226.034,95)	(1.224.231,12)	(265.036,93)	(558.686,65)		(7.273.989,65)
	Perdas por imparidade acumuladas								
	Quantias líquidas escrituradas	123.387,40	2.390.608,89	11.152.846,28	141.150,02	55.867,25	34.434,08	6.279.965,29	20.178.259,21
Movimentos do período 2024	Adições	9.104,00		34.312,21	301.817,30	31.938,56	21.573,23	1.086.652,63	1.485.397,93
	Transferências				(1.870,55)				(1.870,55)
	Diminuições					(16.537,69)			(16.537,69)
	Depreciações			(372.964,46)	(48.274,35)	(26.607,07)	(17.464,35)		(465.310,23)
							16.537,69		16.537,69
	Perdas por imparidade								
Em 31.12.2024	Quantias brutas escrituradas	132.491,40	2.390.608,89	16.413.193,44	1.655.327,89	336.305,05	614.693,96	7.366.617,92	28.919.238,55
	Depreciações acumuladas			(5.598.999,41)	(1.272.505,47)	(275.106,31)	(576.151,00)		(7.722.762,19)
	Perdas por imparidade acumuladas								
	Quantias líquidas escrituradas	132.491,40	2.390.608,89	10.814.194,03	392.822,42	61.198,74	38.542,96	7.366.617,92	21.196.476,36

4.2. Se os itens do ativo fixo tangível forem expressos por quantias revalorizadas, deve ser divulgado o seguinte:

- a) A data de eficácia da revalorização;
- b) Os métodos e pressupostos aplicados nessa revalorização;
- c) Movimentos ocorridos no excedente de revalorização durante o período, com uma explicação do tratamento fiscal dos elementos nele contidos; e
- d) A quantia escriturada no balanço que teria sido reconhecida se os ativos fixos tangíveis não tivessem sido revalorizados.

(valores expressos em euros)

Ativos fixos tangíveis contabilizados por quantias revalorizadas		Bens do domínio público	Bens do património histórico, artístico e cultural	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Totais
		Terrenos e Rec. Naturais	...	
Datas de eficácia das revalorizações				2008; Final Anos 90		
Métodos aplicados na estimativa do justo valor dos itens				Valor Mercado Prop. Rústicas		
31.12.2023	Quantias escrituradas das classes revalorizadas			77.433,88		77.433,88
	Quantias escrituradas que teriam sido reconhecidas se as classes revalorizadas tivessem continuado a ser mensuradas pelo modelo de custo			30.493,34		30.493,34
	Excedente de revalorização			46.940,54		46.940,54
31.12.2024	Quantias escrituradas das classes revalorizadas			77.433,88		77.433,88
	Quantias escrituradas que teriam sido reconhecidas se as classes revalorizadas tivessem continuado a ser mensuradas pelo modelo de custo			30.493,34		30.493,34
	Excedente de revalorização			46.940,54		46.940,54



No ano de 2024 não existiram movimentos associados a bens revalorizados, pelo que o valor que transitou do período anterior se mantém.

5. Ativos intangíveis

Divulgações para cada classe de ativos intangíveis, distinguindo entre os ativos intangíveis gerados internamente e outros ativos intangíveis:

a) Se as vidas úteis são indefinidas ou finitas, os métodos e as correspondentes taxas de amortização usadas, bem como as razões que apoiam a avaliação de uma vida útil indefinida;

b) Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período que mostre as adições, as revalorizações, as alienações, as amortizações e as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações.

Métodos de amortização, vidas úteis e taxas de amortização usadas nos ativos intangíveis		Bens do domínio público	Outros ativos intangíveis					
		...	Goodwill	Projetos de desenvolvimento	Programas de computador	Propriedade industrial	...	Outros ativos intangíveis
Indefinidas	Razões e fatores justificativos							
Finitas	Vidas úteis				3 anos			
	Taxas de amortização				33,33%			
	Métodos de amortização				Linha reta			
	Período de amortização restante				1 anos			



(valores expressos em euros)

Quantias escrituradas e movimentos do período em ativos intangíveis com vida útil finita		Outros ativos intangíveis		Totais	
		Programas de computador			
		Outros			
Em 01.01.2023	Quantias brutas escrituradas	53.168,71	53.168,71	53.168,71	
	Amortizações acumuladas	(41.134,17)	(41.134,17)	(41.134,17)	
	Perdas por imparidade acumuladas		0,00	0,00	
	Quantias líquidas escrituradas	12.034,54	12.034,54	12.034,54	
Movimentos do período 2023	Adições	Aquisições em 1.ª mão	2.059,02	2.059,02	2.059,02
	Amortizações	Aumentos de amortizações	(6.703,61)	(6.703,61)	(6.703,61)
Em 31.12.2023 (01.01.2024)	Quantias brutas escrituradas	55.227,73	55.227,73	55.227,73	
	Amortizações acumuladas	(47.837,78)	(47.837,78)	(47.837,78)	
	Perdas por imparidade acumuladas	0,00	0,00	0,00	
	Quantias líquidas escrituradas	7.389,95	7.389,95	7.389,95	
Movimentos do período 2024	Adições	Aquisições em 1.ª mão	711,74	711,74	711,74
	Amortizações	Aumentos de amortizações	(6.940,86)	(6.940,86)	6.940,86
Em 31.12.2024	Quantias brutas escrituradas	55.939,47	55.939,47	55.939,47	
	Amortizações acumuladas	(54.778,64)	(54.778,64)	(54.778,64)	
	Perdas por imparidade acumuladas	0,00	0,00	0,00	
	Quantias líquidas escrituradas	1.160,83	1.160,83	1.160,83	

6. Locações

6.1. Para locações financeiras e operacionais, os locatários devem divulgar uma descrição geral dos acordos de locação significativos.

A SCM Amarante não figura em contratos de locação enquanto entidade locatária.

6.2. Descrição geral dos acordos de locação significativos enquanto entidade locadora.

Enquanto entidade locadora a SCM Amarante é outorgante em contratos de arrendamento de bens imóveis com duração variável entre 1 e 20 anos. Em nenhum contrato de arrendamento está prevista a transferência dos riscos e vantagens inerentes à posse dos bens para os locatários/arrendatários. Os ativos sobre os quais recaem estes contratos estão apresentados no ativo da instituição e são constituídos por Terrenos e Edifícios. Os rendimentos provenientes destes contratos são reconhecidos numa base linear durante o prazo estabelecido nos contratos e atualizados conforme contrato ou legislação geral. Os custos com os ativos, que incluem depreciações, são registados no período em que ocorrem. As depreciações destes ativos são calculadas de forma consistente com a generalidade dos ativos da Instituição. No exercício de 2024 o rendimento reconhecido resultante destes contratos ascendeu a 193.740,47€, a título de rendas, tendo aumentado face ao valor de 2023 que somou 190.744,66€.

7. Inventários



7.1. Políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários, incluindo a fórmula de custeio usada.

Inventários: políticas contabilísticas adotadas na mensuração e fórmulas de custeio			Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Produtos acabados e intermédios	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	Produtos e trabalhos em curso
Critérios de mensuração	Fins industriais ou comerciais	Custo histórico					
		Valor realizável líquido					
		Justo valor menos os custos de vender					
Fins sociais	Custo histórico		✓				
	Custo corrente						
Custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atuais	Custos de compra (aquisição)	Preço de compra		✓			
		Direitos de importação e outros impostos não recuperáveis das autoridades fiscais		✓			
		Custos de transporte, manuseamento e outros diretamente atribuíveis à aquisição		✓			
		Dedução de descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes		✓			
		Custo dos materiais diretamente relacionados com as unidades de produção					
	Custos de conversão (produção)	Mão de obra direta					
		Gastos gerais de produção fixos imputados com base na capacidade normal das instalações					
		Gastos gerais de produção variáveis imputados com base no uso real					
	Outros custos	Gastos gerais que não sejam industriais					
		Custos de conceção de produtos para clientes específicos					
	Técnicas de mensuração do custo	Custos padrão regularmente revistos					
		Outras		✓			
Fórmulas de custeio das saídas de armazém	Identificação específica do custo dos inventários vendidos ou consumidos						
	Fórmula da primeira entrada, primeira saída (FIFO)						
	Custeio médio ponderado		✓				

7.2. Quantia total escriturada de inventários e quantia escriturada em classificações apropriadas para a entidade.

(valores expressos em euros)

Quantias escrituradas de inventários		Mercadorias e matérias de consumo			Inventários de produção			Totais
		Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Subtotais	Produtos acabados e intermédios	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	Produtos e trabalhos em curso	
31.12.2023	Inventários armazenados na entidade		97.080,37	97.080,37				97.080,37
	Inventários que se encontram fora da entidade	Em trânsito						
		Em poder de terceiros						
	Adiantamentos por conta de compras com preço previamente fixado							
	Perdas por imparidade							
	Totais		97.080,37	97.080,37				97.080,37
31.12.2024	Inventários armazenados na entidade		80.278,14	80.278,14				80.278,14
	Inventários que se encontram fora da entidade	Em trânsito						
		Em poder de terceiros						
	Adiantamentos por conta de compras com preço previamente fixado							
	Perdas por imparidade							
	Totais		80.278,14	80.278,14				80.278,14

Espera-se que todas as quantias escrituradas de inventários sejam recuperadas num prazo inferior a doze meses, por via da sua integração na prestação dos serviços efetuada pela entidade. A quantia escriturada de inventários mantém um valor elevado face a períodos anteriores, nomeadamente antes da pandemia Covid-19, consequência da flutuação de preços de alguns produtos de proteção individual pela elevada procura que se verificou. Estes equipamentos, indispensáveis na segurança de utentes e colaboradores foram utilizados em maior número, o que provocou um aumento nas



quantidades armazenadas na instituição e conseqüentemente um aumento no valor escriturado de inventários.

7.3. *Quantia de qualquer ajustamento de inventários reconhecida como um gasto do período, bem como de qualquer reversão de ajustamento que tenha sido reconhecida como uma redução na quantia de inventários reconhecida como gasto do período, e circunstâncias ou acontecimentos que conduziram a tal reversão.*

(valores expressos em euros)

Quantias reconhecidas como gastos durante o período com relação às mercadorias e às matérias de consumo			2024			2023			
			Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Totais	Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Totais	
Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	Inventários no começo do período			97.080,37	97.080,37		93.474,63	93.474,63	
		Compras	Compras	+	734.196,90	734.196,90		752.738,16	752.738,16
			Devoluções de compras	-	(10.854,18)	(10.854,18)		(9.025,65)	(9.025,65)
			Descontos e abatimentos em compras	-	(1.070,15)	(1.070,15)		(1.149,53)	(1.149,53)
				= +	722.272,57	722.272,57		742.562,98	742.562,98
		Reclassificações e regularizações	Reclassificações	+/-	(10.746,91)	(10.746,91)		(13.519,65)	(13.519,65)
			Perdas em sinistros	-					
			Perdas por quebras	-					
			Outras perdas	-					
			Ofertas e amostras	-					
			Ganhos em sinistros	+					
			Ganhos por sobras	+					
			Outros ganhos	+					
			= +	(10.746,91)	(10.746,91)		(13.519,65)	(13.519,65)	
	Inventários no fim do período			(80.278,14)	(80.278,14)		(97.080,37)	(97.080,37)	
	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	=		728.327,89	728.327,89		725.437,59	725.437,59	
	Perdas em inventários	+							
	Ofertas e amostras de inventários	+							
	Perdas por imparidade	+							
	Totais	=		728.327,89	728.327,89		725.437,59	725.437,59	

O valor relativo a "Reclassificações" de inventários engloba a transferência para AFT do valor de aquisição de diverso equipamento de Hotelaria, roupas brancas e material de Fisioterapia adquirido para vários anos, que, pela sua natureza e montante (12.617,46€), cumpre os requisitos para ser classificado como AFT. Em sentido inverso foi transferido de AFT o montante de 1.870,55€ de material de hotelaria que devido ao seu reduzido valor individual e elevada rotatividade se classificou como material de consumo.

8. Rendimentos e Gastos

8.1. *Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvam a prestação de serviços.*

No que se refere aos réditos provenientes dos serviços prestados, o reconhecimento dos mesmos é feito no período em que a prestação de tais serviços é realizada.

Face à natureza dos serviços prestados pela entidade, não se colocam problemas associados à determinação da fase de acabamento respetiva, visto que essa prestação é



consumada num lapso de tempo relativamente curto, sendo o rédito correspondente imediatamente reconhecido logo após essa consumação.

(valores expressos em euros)

Quantias dos réditos reconhecidas no período	Período 2024			Período 2023		
	Réditos reconhecidos no período	Proporção face ao total dos réditos reconhecidos no período	Varição percentual face aos réditos reconhecidos no período anterior	Réditos reconhecidos no período	Proporção face ao total dos réditos reconhecidos no período	Varição percentual face aos réditos reconhecidos no período anterior
Venda de bens	4.500,00	0,06%				(100,00%)
Mensalidades de Utentes	1.779.241,38	23,91%	1,11%	1.759.791,94	25,39%	17,23%
Mensalidades de Descendentes e Familiares	92.906,10	1,25%	(3,40%)	96.173,85	1,39%	(9,42%)
Centro Distrital da Segurança Social Porto	1.939.760,64	26,06%	9,14%	1.777.365,43	25,64%	18,54%
Acordo 200900023202 - Lar Conselheiro	838.876,32	11,27%	8,12%	775.872,24	11,19%	21,65%
Acordo 200900017428 - Estancia NS Piedade	829.085,60	11,14%	9,79%	755.159,59	10,90%	15,95%
Acordo 201100031783 - Estancia NS Piedade 2	119.290,80	1,60%	9,78%	108.664,22	1,57%	19,68%
Acordo 201500049683 - Serviço de Apoio Domiciliário	103.094,17	1,39%	3,84%	99.281,38	1,43%	19,21%
Contrato Programa Emergência Alimentar - Cantinas SOCIAIS	49.413,75	0,66%	28,72%	38.388,00	0,55%	5,91%
Quotizações de Irmãos / Associados	3.480,00	0,05%	21,51%	2.864,00	0,04%	(5,91%)
Serviços Secundários	129.056,87	1,73%	7,28%	120.304,12	1,74%	41,96%
Protocolo Psiquiatria - Centro Hospitalar Tamega e Sousa	415.550,00	5,58%	16,47%	356.787,50	5,15%	5,86%
UCCI Acordo Gestão Particular - Centro Hospitalar Tamega e Sousa	644.685,60	8,66%	11,71%	577.123,26	8,33%	14,83%
UCCI - Acordo N.M.L. 13.09.0029	1.573.347,29	21,14%	12,13%	1.403.201,20	20,25%	16,55%
ARS Norte	731.072,37	9,82%	10,79%	659.872,00	9,52%	12,51%
ISS, IP	447.407,59	6,01%	10,86%	404.303,64	5,83%	43,30%
Mensalidades de Utentes	394.867,33	5,31%	16,47%	339.025,56	4,89%	1,11%
Consultas Externas e Fisioterapia	228.553,59	3,07%	15,51%	197.868,37	2,85%	142,38%
	6.806.581,47	91,45%	8,19%	6.291.479,67	90,77%	18,27%
Subsídios, doações e legados à exploração						
Programa POAPMC-01-74F7-FEAC-000002			(100,00%)	40.236,08	0,58%	(21,94%)
FEAC			(100,00%)	9.035,53	0,13%	(62,88%)
Contribuição Publica Nacional			(100,00%)	1.594,51	0,02%	(62,88%)
ISS, IP - Programa Apoio Complementar POAPMC			(100,00%)	29.606,04	0,43%	29,21%
PT2030 - Programa PESSOAS-FSE+-022924	42.860,15	0,58%				
IEFP	66.572,39	0,89%	55,77%	42.738,67	0,62%	(58,36%)
Heranças e Legados de Utentes	35.466,58	0,48%	(71,11%)	122.743,03	1,77%	168,47%
Doações de Outras Entidades	4.435,50	0,06%	(82,23%)	24.956,11	0,36%	(23,40%)
	149.334,62	2,01%	(35,26%)	230.673,89	3,33%	(4,95%)
Aumentos Justo Valor	80,58	0,00%	(96,86%)	2.568,99	0,04%	46,82%
Outros Rendimentos e Ganhos	330.405,88	4,44%	3,10%	320.480,93	4,62%	27,96%
Reversões Perdas por Imparidade	561,58	0,01%				#DIV/0!
Dividendos	254,13	0,00%	(22,96%)	329,88	0,00%	39,74%
Juros	150.885,23	2,03%	76,45%	85.512,47	1,23%	806,27%
Totais	7.442.603,49	100%	7,38%	6.931.045,83	100,00%	19,00%

9. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

9.1. Breve descrição da natureza e quantia de cada classe de passivos contingentes à data do balanço.

A entidade e um terceiro configuram como ré num processo judicial em que se peticiona o pagamento de uma importância cerca de 71.000,00€ a título indemnizatório reclamado por terceiros. Atenta a fase em que o processo se encontra não se afigura provável que essa condenação venha a ser determinada pelo respetivo tribunal em relação à SCM Amarante.

9.2. Breve descrição da natureza e quantia de cada classe de ativos contingentes à data do balanço, cujo influxo de benefícios económicos é provável.

Correram até 2024 alguns Processos judiciais no âmbito dos quais a entidade reclamava a posse, em propriedade, de vários imóveis. Após recursos a pretensão da SCM Amarante não foi confirmada pelo tribunal.



Existe ainda um processo em que a SCM Amarante e outras invocam o direito de preferência relativo a um imóvel. Aguarda-se a prolação da sentença para constatar o desfecho do processo. Foi feita uma avaliação dos ativos envolvidos no conjunto dos Processos Judiciais em causa, não sendo, no entanto, possível avaliar qual o valor que poderá resultar destes processos devido às contingências dos imóveis.

Handwritten signatures and initials in blue ink.

10. Subsídios e outros apoios das entidades públicas

10.1. Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período que mostre os aumentos e as reduções dos subsídios das entidades públicas reconhecidos nos fundos patrimoniais.

(valores expressos em euros)

		2024	2023	
		Balço	Balço	
Reconciliação da quantia escriturada dos subsídios das entidades públicas reconhecidos nos Fundos Patrimoniais		Reconhecidas nos fundos patrimoniais (Outras variações nos fundos patrimoniais)	Reconhecidas nos fundos patrimoniais (Outras variações nos fundos patrimoniais)	
Não reembolsáveis	Saldo Início Período	3.076.812,99	3.177.443,15	
	Adições	Por Acordo Efetuado com Entidade Subsidiária	911.724,74	
			911.724,74	
	Reduções	Por Imputação a Rendimentos	99.652,18	97.725,68
		Ajustamento Períodos Anteriores	5.779,49	2.904,48
			105.431,67	100.630,16
	Varição Líquida do período	806.293,07	(100.630,16)	
Totais	3.883.106,06	3.076.812,99		

10.2. Principais doadores/fontes de fundos.

Durante o ano de 2024 destacam-se os legados deixados por utentes da instituição após a sua morte e que não são reclamados pelos seus familiares. Neste domínio, o valor respetivo ascendeu a 35.466,58€. Foi confirmado o reforço de um subsídio atribuído através do PT2020 relativo à “requalificação do Lar Conselheiro António Cândido”, no valor de 96.324,74€. Ainda durante 2024 foi assinado contrato de financiamento ao abrigo de investimento RE-C01-i02 (Programa de Recuperação e Resiliência) que atribui um subsídio ao investimento de 815.400,00€. O Equipamento abrangido por este investimento está reconhecido em “Obras em Curso”, aguardando-se as vistorias finais e respetivas licenças para entrada em funcionamento.



11. Instrumentos financeiros

11.1. Bases de mensuração e políticas contabilísticas relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras, utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros.

Principais bases de mensuração dos instrumentos financeiros	Bases de mensuração		
	Custo ou custo amortizado menos qualquer perda por imparidade	Justo valor através de resultados	Justo valor através de capitais próprios
Clientes e outras contas a receber ou pagar, bem como empréstimos bancários de maturidade e plano de amortização definido	x		
Contas a receber ou a pagar em moeda estrangeira com maturidade e plano de amortização definido			
Investimentos em obrigações não convertíveis			
Instrumentos de dívida perpétua ou obrigações convertíveis			
Um instrumento de dívida que seja imediatamente exigível se o emittente incumprir o pagamento de juro ou de amortização de dívida			
Empréstimos a subsidiárias ou associadas com maturidade e plano de amortização definido			
Instrumentos de capital próprio que não sejam negociados publicamente e cujo justo valor não possa ser obtido de forma fiável	x		
Investimentos em instrumentos de capital próprio com cotações divulgadas publicamente			
Ativos financeiros ou passivos financeiros classificados como detidos para negociação		x	
Derivados (contrato ou direito a adquirir numa data futura) sobre instrumentos de capital próprio cujo justo valor não possa ser mensurado fiavelmente			
Instrumentos de cobertura de risco de taxa de juro fixa ou de risco de preços de mercadorias para mercadorias detidas			
Instrumentos de cobertura do risco de variabilidade da taxa de juro, risco cambial, risco de preço de mercadorias no âmbito de um compromisso ou de elevada probabilidade de transação futura ou de investimento líquido numa operação estrangeira			

11.2. Instrumentos financeiros mensurados ao justo valor:

a) Cotação de mercado (instrumentos com fácil identificação de mercado líquido e regulamentado).

(valores expressos em euros)

Ativos financeiros e passivos financeiros mensurados ao justo valor			31.12.2024		31.12.2023			
			Bases de determinação do justo valor	Cotação de mercado	Quantia escriturada	Bases de determinação do justo valor	Cotação de mercado	Quantia escriturada
Ativos financeiros	Ações	The Navigator Company	Valor de mercado oficialmente publicado	3,59	2.872,00	Valor de mercado oficialmente publicado	3,55	2.838,40
		Pharol, SGPS, S.A.	Valor de mercado oficialmente publicado	0,05	80,46	Valor de mercado oficialmente publicado	0,04	65,20
		NOS SGPS	Valor de mercado oficialmente publicado	3,33	812,52	Valor de mercado oficialmente publicado	3,20	780,80
							3.764,98	3.684,40
	Outros Títulos	Adega Cooperativa	Justo Valor		4.950,00			4.950,00
				4.950,00			4.950,00	
				6,97	8.714,98		6,79	8.634,40
Passivos financeiros		...		0,00	0,00		0,00	0,00

b) Justo valor, alterações no justo valor inscritas diretamente na demonstração de resultados e alterações de justo valor inscritas nos fundos patrimoniais, para cada categoria de instrumentos financeiros.

Os instrumentos financeiros mensurados ao justo valor encontram-se escriturados na conta 14211- "Ações", ascendendo a 3.764,98€ e respeitam a Ações cotadas na Euronext Lisbon (mercado regulamentado). A SCM Amarante detém também 30.865,80895



Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'D. i. i.', 'D. i. i.', and 'D. i. i.' with a checkmark.

Unidades de Participação resultantes da conversão do Fundo de Compensação do Trabalho cuja valorização ascende a 34.824,97€.

As alterações no justo valor desses ativos são refletidas diretamente na Demonstração dos Resultados, e no ano de 2024, a alteração no justo valor dos títulos detidos pela entidade resultou num rendimento de 80,58€ relativo aos instrumentos financeiros e 695,40€ relativo aos investimentos financeiros.

11.3. Ajustamentos de valor reconhecidos no período para cada natureza de instrumentos financeiros não mensurados ao justo valor; e

11.4. Dívidas à entidade reconhecidas à data do balanço e cuja duração residual seja superior a um ano, relativas a créditos resultantes de vendas e de prestações de serviços. As dívidas à entidade reconhecidas à data do balanço e cuja duração residual pode ser superior a um ano têm origem em créditos resultantes diretamente da prestação dos serviços da entidade e em créditos relativos a valores que a entidade adianta a terceiros para aquisição de bens e serviços essenciais conexos à prestação de serviços que são da responsabilidade dos utentes, mas que por razões alheias à SCM Amarante estes não podem cumprir. Foram registadas neste exercício imparidades no montante de 483,00€ correspondente a dívidas cujos titulares já faleceram e não se perspectiva que os descendentes liquidem a dívida. Não obstante esta perspectiva, serão levadas a cabo mais ações para a tentativa de cobrança destes valores, realçando que foi possível a reversão de uma imparidade relativa a uma dívida de 2022.

No que respeita a valores adiantados pela instituição para pagar despesas por conta dos utentes, o valor no final deste exercício ascende a 855,19€.

11.5. Dívidas da entidade reconhecidas à data do balanço e cuja duração residual seja superior a um ano:

- Outras dívidas.

As dívidas da entidade reconhecidas à data do balanço e cuja duração residual pode vir a ser superior a um ano dizem respeito a adiantamentos recebidos sobre prestações de serviços e valores retidos a título de garantia pela boa execução de obras de edificação. As dívidas relacionadas com adiantamentos de utentes ascendem a 91.599,58€ e referem-se a bens imóveis entregues por alguns utentes por conta de serviços a prestar no futuro, sendo que, em todos os casos, tais serviços já começaram a ser prestados ou entregas em dinheiro e vale mensal de reforma ou prestações sociais. Em relação aos valores retidos a título de caução, prevê-se a libertação faseada deste montante num prazo que pode ascender a 3 anos, conforme decorre dos diplomas legais específicos.

12. Benefícios dos empregados

Número médio de empregados durante o período a que se referem as demonstrações financeiras e número de membros dos órgãos de administração, de direção ou de supervisão e alterações no mesmo período ocorridas.

Os membros dos órgãos de administração, de direção ou de supervisão não recebem qualquer tipo de remuneração ou benefício pelos serviços prestados.



O número dos colaboradores evoluiu de acordo com o verificado no seguinte quadro:

(valores expressos em euros)

Colaboradores durante o período	Período 2024		Período 2023	
	Número de colaboradores no final do período	Média de colaboradores durante o período	Número de colaboradores no final do período	Média de colaboradores durante o período
Membros dos órgãos diretivos	20	20	20	20
Empregados	257	251	243	237
Prestadores de Serviços	41	42	41	43
Voluntários	50	50	50	50

Honorários respeitantes ao Fiscal Único.

Os serviços prestados pelo Revisor Oficial de Contas relativos a 2024 ascenderam ao montante de 6.250,00 € (mais IVA).

13. Acontecimentos após a data do balanço

13.1. Natureza e efeitos financeiros dos eventos materiais surgidos após a data do balanço, não refletidos na demonstração de resultados nem no balanço.

Nada chegou ao conhecimento dos órgãos de administração que deva ser relatado neste ponto.

14. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

Dívidas ao Estado e aos trabalhadores em situação de mora.

A entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora.

Dando cumprimento ao estabelecido no Código Contributivo, informa-se que a situação da entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Também se informa que não existem quaisquer dívidas para com os trabalhadores em situação de mora.

15. Outras divulgações

Outras divulgações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados.

15.1. Fluxos de Caixa:

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada de acordo com a NCRF 2, utilizando o método direto. A empresa classifica na rubrica “Caixa e seus equivalentes” os investimentos com vencimento a curto prazo e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.



Rui
[Handwritten signatures]

15.2. Comentário da Mesa Administrativa sobre a quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso:

Todos os saldos de caixa e seus equivalentes estão disponíveis para uso. Porém, no que se refere aos valores constantes em depósitos a prazo, a sua pronta mobilização implica a perda dos juros vencidos desde a data do último vencimento até à data dessa mobilização, e a ser dada ordem de resgate dos instrumentos financeiros detidos para negociação, estes poderão apresentar um valor diferente pelo qual se encontram registados no balanço da entidade.

A SCM Amarante tem ainda à sua guarda valores dos utentes destinados a pagar as despesas correntes dos utentes com entidades externas cujos serviços estão relacionados com a prestação do serviço (nomeadamente despesas com medicamentos, produtos de higiene e outros bens essenciais, transportes ao exterior e outros serviços). Estes valores encontram-se depositados em conta própria para o efeito e destinam-se exclusivamente a satisfazer aquelas necessidades, sendo que os montantes são entregues aos respetivos titulares sempre que solicitados. A 31/12/2024 o montante destes valores ascendia a 446.255,96€.

15.3. Comentário da Mesa Administrativa sobre garantias, hipotecas, ónus e outros encargos com ativos

Não existem garantias prestadas para além das divulgadas no presente anexo para quaisquer bens da entidade. Também não existem hipotecas, ónus ou encargos sobre os ativos da instituição.

15.4. Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:

(valores expressos em euros)

Meios financeiros líquidos constantes do balanço		31.12.2024			31.12.2023		
		Quantias disponíveis para uso	Quantias indisponíveis para uso	Totais	Quantias disponíveis para uso	Quantias indisponíveis para uso	Totais
Caixa	Numerário	478,46		478,46	3.227,35		3.227,35
	Subtotais	478,46		478,46	3.227,35		3.227,35
Depósitos bancários	Depósitos à ordem	1.001.563,99		1.001.563,99	916.163,09		916.163,09
	Outros depósitos bancários	4.608.000,00		4.608.000,00	4.568.000,00		4.568.000,00
	Subtotais	5.609.563,99		5.609.563,99	5.484.163,09		5.484.163,09
Outros equivalentes de caixa	Instr. fin. detidos para negoc.						
	Subtotais						
Totais		5.610.042,45		5.610.042,45	5.487.390,44		5.487.390,44


 15.5. *Detalhe das contas de acréscimos e diferimentos.*

(valores expressos em euros)

Acréscimos e Diferimentos		Período 2024	Período 2023	
Acréscimos	Acréscimos de rendimentos	Juros de depósitos a prazo	7.707,79	21.965,90
		Segurança Social	42.360,18	11.723,55
		Outros Rendimentos - Faturação ARS	59.961,95	88.268,17
		Totais	110.029,92	121.957,62
	Acréscimos de gastos	Combustíveis	25.511,87	26.246,38
		Água	2.813,47	1.722,82
		Comunicações	854,82	799,35
		Eletricidade	6.737,74	5.479,76
		Remunerações a liquidar	570.011,08	504.081,47
		Honorários	4.570,10	4.663,30
Outros acréscimos de gastos		1.706,72	4.924,42	
	...			
	Totais	612.205,80	547.917,50	
Diferimentos	Gastos a reconhecer	Seguros	7.902,35	5.832,11
		Outros gastos a reconhecer	0,00	0,00
		Rouparia	25.118,70	8.067,96
		...		
		Totais	33.021,05	13.900,07
	Rendimentos a reconhecer	Apoio Financeiro IEPF	0,00	0,00
		Subsídios exploração - Segurança Social	0,00	45.993,75
Rendas de Imóveis		17.945,54	17.294,70	
	Totais	17.945,54	63.288,45	

 15.6. *Detalhe da rubrica "Estado e outros entes públicos".*

(valores expressos em euros)

Detalhe da rubrica de «Estado e outros entes públicos»	31.12.2024			31.12.2023		
	Ativos	Passivos	Posição líquida	Ativos	Passivos	Posição líquida
Imposto sobre o rendimento	63,36		63,36	82,30		82,30
Retenção de impostos sobre rendimentos		(30.796,55)	(30.796,55)		(35.745,23)	(35.745,23)
Imposto sobre o valor acrescentado	74.592,23		74.592,23	94.875,91		94.875,91
Outros impostos						
Contribuições para a Segurança Social		(75.555,32)	(75.555,32)		(70.609,12)	(70.609,12)
Tributos das autarquias locais						
Outras tributações						
Totais	74.655,59	(106.351,87)	(31.696,28)	94.958,21	(106.354,35)	(11.396,14)



15.7. Desdobramento da rubrica "Fornecimentos e serviços externos".

(valores expressos em euros)

Fornecimentos e serviços externos		Período 2024	Período 2023
Subcontratos			
Serviços especializados	Trabalhos especializados	118.691,04	112.034,92
	Publicidade e propaganda	104,55	588,56
	Vigilância e segurança	4.760,81	8.336,31
	Honorários	381.449,11	382.230,44
	Conservação e reparação	92.665,14	95.503,56
	Outros	21.370,56	23.034,19
Totais		619.041,21	621.727,98
Materiais	Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	67,32	120,96
	Livros e documentação técnica		
	Material de escritório	16,30	
	Artigos para oferta	208,00	3.473,83
	Outros	2.568,59	3.407,61
Totais		2.860,21	7.002,40
Energia e fluidos	Eletricidade	162.315,08	50.531,95
	Combustíveis	154.708,19	157.866,67
	Água	53.456,53	43.708,13
Totais		370.479,80	252.106,75
Deslocações, estadas e transportes	Deslocações e estadas	1.031,68	3.475,12
	Totais		1.031,68
Serviços diversos	Rendas e alugueres	2.947,77	2.849,77
	Comunicação	15.991,73	16.005,65
	Seguros	9.641,03	9.828,55
	Contencioso e notariado	139,36	85,40
	Despesas de representação	717,89	1.712,04
	Outros serviços	9.138,09	8.835,03
Totais		38.575,87	39.316,44
Totais		1.031.988,77	923.628,69



15.8. Desdobramento da rubrica "Gastos com o pessoal".

(valores expressos em euros)

Gastos com o Pessoal	Período 2024	Período 2023
Remunerações do pessoal	2.757.794,15	2.500.684,38
Indemnizações	(1.610,40)	264,73
Encargos sobre remunerações	688.792,66	641.933,54
Seguro de acidentes de trabalho	65.707,04	56.384,65
Gastos de Ação Social		
Outros gastos com o pessoal	863.631,58	804.618,82
Remunerações adicionais	843.699,57	784.525,26
Subsídio de alimentação	263.890,90	256.641,86
Subsídio de férias	274.191,74	240.880,36
Subsídio de Natal	220.925,20	202.532,44
Outras	84.691,73	84.470,60
Outros	19.932,01	20.093,56
Totais	4.374.315,03	4.003.896,12

15.9. Desdobramento das rubricas "Outros rendimentos" e "Outros gastos".

(valores expressos em euros)

Outros rendimentos e ganhos		Período 2024	Período 2023
Rendimentos suplementares	Outros rendimentos suplementares	176,74	9.817,16
	Totais	176,74	9.817,16
	Descontos de pronto pagamento obtidos	45,71	138,67
Outros rendimentos	Correções relativas a períodos anteriores	6.144,05	1.309,52
	Imputação de subsídios para investimentos	99.652,18	97.725,68
	Rendas de Imóveis	195.590,47	192.519,66
	Restituição de impostos	6.236,67	4.899,00
	Outros não especificados	22.560,06	14.071,24
	Totais	330.183,43	310.525,10
	Totais	330.405,88	320.480,93

(valores expressos em euros)

Outros gastos e perdas		Período 2024	Período 2023
Impostos	Taxas	2.701,08	4.517,06
	Totais	2.701,08	4.517,06
	Dívidas incobráveis	3.000,00	
Gastos em investimentos não financeiros	Sinistros	250,00	
	Totais	250,00	
Outros gastos	Correções relativas a períodos anteriores	547,27	2.816,91
	Donativos		42,95
	Quotizações	3.280,00	3.280,00
	Outros não especificados	6.814,48	64,67
	Totais	10.641,75	6.204,53
	Totais	16.592,83	10.721,59



15.10. Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período que mostre os aumentos e as reduções das diferentes naturezas de itens de cada rubrica dos fundos patrimoniais.

(valores expressos em euros)

DESCRIÇÃO	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo final
	(1)	(2)	(3)	(4)
Fundos	737.137,20			737.137,20
Excedentes técnicos				
Reservas				
Reservas legais				
Outras reservas				
Resultados transitados	15.447.942,64		781.117,08	16.229.059,72
Ajustamentos em ativos financeiros				
Relacionados com o método da equivalência patrimonial				
Outros				
Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis	46.940,54			46.940,54
Reavaliações decorrentes de diplomas legais	46.940,54			46.940,54
Outros				
Outras variações nos fundos patrimoniais	8.886.964,98	(119.520,08)	912.669,75	9.680.114,65
Subsídios	3.076.812,99	(105.431,67)	911.724,74	3.883.106,06
Doações	5.810.151,99	(14.088,41)	945,01	5.797.008,59
Outras				

Amarante, 03 de março de 2025

A Mesa Administrativa

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS**RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS****Opinião com reserva**

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **Santa Casa da Misericórdia de Amarante** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2024 (que evidencia um total de 28.492.547,63 euros e um total de fundos patrimoniais de 27.510.299,34 euros, incluindo um resultado líquido de 817.047,23 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e o anexo às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos da matéria referida na secção “Bases para a opinião com reserva”, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da **Santa Casa da Misericórdia de Amarante**, em 31 de dezembro de 2024 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião com reserva

Como consta da nota 15.2 do anexo às demonstrações financeiras, a Entidade tem à sua guarda valores dos utentes no montante de 446.256 euros, que se encontram depositados no banco em seu nome, sem que estejam refletidos contabilisticamente. Assim, entendemos que as rubricas “Caixa e Depósitos Bancários” do ativo e “Outras contas a pagar” do passivo se encontram subavaliadas no valor acima indicado.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;

- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

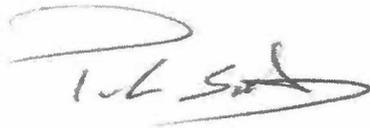
A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de atividades com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de atividades

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, exceto quanto aos efeitos da matéria referida na secção "Bases para a opinião com reserva" do Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras, somos de parecer que o relatório de atividades foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificamos incorreções materiais.

Porto, 21 de março de 2025



KRESTON & ASSOCIADOS – SROC, LDA.
Representada por Pedro Morais dos Santos